

Oliveira, Ricardo Pessa de (2016). *História da Santa Casa da Misericórdia de Pombal (1628-1910)*. Pombal: Santa Casa da Misericórdia de Pombal, 464 pp., ISBN 978-989-20-6499-4.

Nas últimas décadas as temáticas assistenciais têm suscitado atenção nos meios académicos nacionais, permitindo a realização de teses de mestrado e de doutoramento, bem como de artigos publicados em revistas da especialidade a par de conferências e de comunicações apresentadas a congressos realizados no país e no estrangeiro. É por isso que na atualidade se sabe bastante mais do que no passado recente acerca das instituições assistenciais, designadamente Misericórdias, hospitais, rodas de expostos, colégios de órfãos, dotes de casamento, recolhimentos, confrarias ou irmandades, ordens terceiras e Igreja, tal como, naturalmente, sobre os assistidos, a saber, expostos, doentes, viajantes, dotadas, pobres, órfãos e cativos, bem assim como os que permitiram ou facultaram as práticas assistenciais, desde os responsáveis aos assalariados, neste caso, com destaque para médicos, cirurgiões, boticários, pessoal de enfermagem, amas e religiosos trinitários que em terras do Islão resgatavam cativos.

No âmbito que no momento nos ocupa, não cabe proceder ao exame crítico do estado da questão, até porque o mesmo já foi feito em 2010¹. Cabe, contudo, realçar que, no concreto da história das Misericórdias, apesar de diversas obras terem sido produzidas – recorde, sem carácter de exaustividade e sem análise de conteúdos, as de Arcos de Valdevez, Aveiro, Braga, Coimbra, Funchal, Guimarães, Lisboa, Mértola, Monção, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Porto, Santa Maria da Feira, Setúbal, Viana da Foz do Lima e Vila Viçosa, sem esquecer a obra colectiva *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*² –, ainda muitas localidades carecem de monografias produzidas segundo questionários pertinentes, a partir da documentação das próprias instituições e de outra de proveniência diversa, depositada nos arquivos e nas bibliotecas nacionais e locais.

A *História da Santa Casa da Misericórdia de Pombal (1628-1910)*, da autoria de Ricardo Pessa de Oliveira, colmatou uma lacuna e constituiu um exemplo da colaboração feliz entre uma instituição local e o meio académico, através da escolha de alguém com as necessárias e imprescindíveis

¹ Cf. Maria Antónia Lopes (2010). *Proteção social em Portugal na Idade Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

² *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* (2002-2010). Dir José Pedro Paiva. 9 vols. Lisboa: Universidade Católica, União das Misericórdias Portuguesas.

competências para elaborar a obra. Como se pode ler no prefácio, a decisão de proceder ao estudo da Misericórdia de Pombal datou de 2013, quando a Mesa Administrativa assim o deliberou. Seguiu-se o contacto com o Autor, a realização da investigação e a escrita do texto.

Trata-se de uma monografia produzida por alguém que, não obstante a juventude, já deu provas das suas qualidades enquanto investigador, devidamente valorizadas, quer no mestrado quer no doutoramento, ambos realizados na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; quer ainda em obras coletivas, artigos de revistas e congressos nacionais e internacionais. Estamos perante um Autor que domina com destreza as metodologias e as conceptualizações da História, e neste caso da história da assistência, que sabe escolher problemas, fazer perguntas pertinentes, analisar e interpretar. Logo, o resultado é o que o leitor poderá comprovar pela leitura da obra: um livro recheado de informações devidamente contextualizadas, analisadas e interpretadas, apresentado de forma clara, através de uma linguagem rigorosa e esorreita a todos compreensível.

Escrever a *História da Santa Casa da Misericórdia de Pombal (1628-1910)* implicou percorrer diversos fundos documentais manuscritos, depositados em diferentes espaços: em Coimbra, o Arquivo da Universidade de Coimbra e a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; em Lisboa, o Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo; em Leiria, o Arquivo Municipal de Leiria; em Setúbal, o Arquivo Distrital de Setúbal; e, naturalmente, em Pombal, o Arquivo Municipal e o Arquivo da Santa Casa da Misericórdia, sem esquecer, em Roma, uma rápida passagem pelo Archivium Romanum Societatis Iesu. A estes coube acrescentar a consulta de muitas fontes impressas, com destaque para leis, compromissos, constituições sinodais e o vasto e multifacetado conjunto de jornais locais, bem assim como bibliografia nacional e estrangeira sobre assistência. E, não obstante a quantidade e a variedade, é certo que para os primórdios da Santa Casa da Misericórdia de Pombal faltam muitas informações, uma vez que a documentação do arquivo da casa se perdeu em 1811, em resultado da terceira Invasão Francesa. Ou seja, não obstante os esforços do Autor, sabe-se que em 1628 já existia, mas desconhece-se o ano da fundação.

A obra foi dividida em seis capítulos. Começou-se pela apresentação do quadro normativo, isto é, os vários compromissos da Misericórdia; passou-se para os homens que nela atuaram, designadamente os provedores, os escrivães e os irmãos, analisaram-se os seus estatutos sociais e percorreram-se os conflitos e as tensões eleitorais que alguns viveram e, no capítulo três, entrou-se nas receitas e despesas da instituição, as quais passaram, como

em outras casas congêneres, pelo empréstimo de capitais a juro e pelo recebimento dos foros de propriedades, sem descurar o modo como a casa foi administrada. Seguiram-se abordagens sobre celebrações e locais de culto, com particular atenção para a semana santa e para a visitação de Santa Isabel. O capítulo cinco é, compreensivelmente, o maior, dedicado ao vasto mundo dos assistidos, no qual se contaram os doentes hospitalizados, os pobres que permaneceram em casa, os pobres em trânsito, os presos e os mortos, sem esquecer as crianças e os jovens e o papel das mercearias. Finalmente, foram objeto de atenção os assalariados da instituição: capelães, assistentes de capelães, médicos, hospitaleiros e enfermeiros, procuradores, irmãos da caridade, cartorários, advogados e andadores. Em todos os momentos, foi visível uma preocupação bem conseguida de comparar o caso da Misericórdia de Pombal com o de outras casas de localidades já estudadas.

Vejamos o que se pode encontrar nesta obra de mais de 400 páginas. Como outras instituições da Época Moderna, tais como ordens religiosas, confrarias, colégios, ordens militares, Universidade (lentes), cabidos, colegiadas, tribunais do Reino e cargos municipais, as Misericórdias puseram em prática os estatutos de limpeza de sangue, os quais deixaram de funcionar a partir de 1773, quando foi abolida a distinção entre cristão-velho e cristão-novo. Naturalmente que esta prática excluiu alguns homens de pertencerem à Misericórdia de Pombal, não obstante ter existido quem tenha conseguido contornar o problema. Excluídas estiveram também as mulheres, mesmo pelo compromisso de 1873. Efetivamente, a instituição só as contemplou nas condições de assistidas e de assalariadas. Em 1872, quando uma portaria determinou a liberdade de acesso das mulheres às Misericórdias, ainda que com obrigação de exibirem autorizações dos seus maridos, na de Pombal não teve efeito prático, pois o governador distrital de Leiria ignorou-a, não tendo sido incluída tal decisão no compromisso aprovado no ano seguinte. Rejeitados também deveriam ter sido os analfabetos, mas assim não aconteceu, pois a falta de irmãos determinou a adoção de uma medida de exceção ao arrepio do compromisso.

No século XIX, as eleições na Misericórdia de Pombal, tal como em outras Casas, foram momentos de enorme tensão. Em alguns anos, a conflituosidade exacerbou-se e as irregularidades sucederam-se. De boicotes eleitorais a ameaças e subornos, de intimações para apoiar determinada lista a impedir alguém de votar, até à expulsão de irmãos e admissão de outros afetos a certo grupo, tudo ficou documentado. Os altos cargos, em especial o de provedor, não raras vezes foram ocupados por gente unida por laços familiares, alguns participando na governação da vila e estando presentes igualmente em confrarias paroquiais e nas ordens terceiras, com destaque para os Mancelos. Foram, aliás, as rela-

ções familiares que levaram uma mulher, entre julho de 1750 e julho de 1752, a governar a Misericórdia de Pombal: D. Brízida Teresa Pereira de Lacerda e Melo, neta, filha, sobrinha e prima de antigos provedores. Não sendo comum, também não constituiu uma excentricidade pombalense. No século XIX, o peso dos partidos políticos na escolha dos provedores fez-se sentir, ao mesmo tempo que os fidalgos foram sendo substituídos por negociantes abastados.

Nem todos os provedores tiveram condutas impolutas. Quer as visitas pastorais quer o Santo Ofício foram mecanismos que atuaram sobre indivíduos que em dado momento ascenderam ao mais relevante cargo da Misericórdia. As acusações foram de amancebamento, concubinato, filhos ilegítimos e sodomia, envolvendo, em especial, mulheres de grupos sociais mais desfavorecidos. Este tipo de problemas também esteve presente em alguns assalariados da Casa, tais como os capelães e os hospitaleiros. Nestes casos, aos referidos desvios de conduta juntavam-se conflitos com a Mesa e, no particular do pessoal de enfermagem, corrupção e incúria, uma vez que foram detetadas situações de ausência sem autorização, descaso com a assistência, maus tratos verbais aos doentes e desvio de bens aos mesmos destinados.

Em Pombal, as fontes de rendimento da Misericórdia foram maioritariamente os empréstimos a juros, a cinco por cento, implicando a hipoteca de certos bens e a apresentação de um fiador por parte dos solicitantes de crédito. Isto significou que a instituição se afirmou não apenas no plano assistencial mas inclusivamente como instituição de crédito local, embora não tenha monopolizado esta função. O recebimento dos foros de propriedades rústicas e urbanas completava o quadro, bastante agitado após a destruição do cartório da casa, em 1811, com a eliminação de todos os contratos, havendo ainda a referir alguns legados, uma parte deles encapelados.

Em matérias assistenciais propriamente ditas, destaque para as informações relativas ao hospital, quer ao edifício quer ao seu recheio, uma vez que os inventários de bens daquela instituição revelam mobiliário, têxteis, utensílios de cozinha e, naturalmente, material médico. Sobre os assistidos, os pobres em trânsito e os doentes, a documentação estudada permite verificar entradas irregulares de doentes no hospital, que entre junho de 1867 e dezembro de 1910 totalizaram 1622, um predomínio de homens (56,8%) e de solteiros (56%), sendo de registar gente de todas as idades, tendo bastante significado a faixa de 50 ou mais anos. Os doentes padeceram maioritariamente de problemas infecciosos e de ferimentos, passando as terapias, entre outras, pela aplicação de sanguessugas e pela prática de cirurgias, sem descurar uma alimentação que se pretendia reforçada. Entre os assistidos civis contam-se maioritariamente pessoas do setor agro-pastoril (25,5%) e da criadagem (21,8%), merecendo os

militares um tratamento à parte, uma vez que o seu ingresso esteve dependente de conjunturas políticas adversas. Refiram-se ainda as esmolas concedidas a mulheres pobres e aos pobres em trânsito munidos de carta de guia, aos quais a Misericórdia dava esmola e pagava transporte.

Os presos foram objeto de ajuda através do fornecimento de comida, assistência hospitalar e até transporte, sem esquecer questões de âmbito processual. O universo dos assistidos foi esmagadoramente masculino. Já os mortos, quer os pobres quer os irmãos da Misericórdia e suas famílias, tiveram direito à condução do féretro, ao sepultamento e aos ofícios divinos. No que se refere às crianças e jovens, as fontes não foram particularmente ricas. Mesmo assim, perpassam algumas informações acerca do apoio a expostos e órfãos, traduzido na criação, em esmolas, acompanhamento em caso de doença e até apoio educacional, através de um legado específico para o efeito. Igualmente pouco relevante terá sido a concessão de dotes para casamento.

O trabalho de Ricardo Pessa de Oliveira dá-nos a conhecer a ação da Misericórdia de Pombal, cuja atuação não foi monolítica. E se a Casa viveu um claro declínio na última década do século XVIII, devido à desordem e delapidação resultante da incúria de mesários e tesoureiros de capelas, ainda agravada com os nefastos efeitos da terceira invasão francesa, também não deixou de ser relevante que ao longo do período em estudo foi uma das principais instituições da vila, contando com a elite na sua governação, acumulando e gerindo um património considerável, que lhe permitiu satisfazer diversas necessidades da população ao nível do acompanhamento dos defuntos mas também da administração do hospital, da concessão de crédito e da assistência nas suas várias vertentes.

A *História da Santa Casa da Misericórdia de Pombal (1628-1910)* veio demonstrar afinidades e particularidades específicas em relação a outros estudos congêneres. Reforçou o que se conhece acerca do papel de uma instituição leiga, criada pelo rei no final do século XV, administrada por seculares e regida pelos princípios católicos, cuja atuação visava assistir não apenas os irmãos mas todos os carenciados, em épocas em que a ideia de proteção social enquanto obrigação da Coroa era uma miragem. De parabéns estão a Misericórdia de Pombal, através da sua Mesa Administrativa e, naturalmente, o Autor que, com esta monografia, vem, de novo, tornar evidentes as suas inequívocas qualidades de historiador.

ISABEL DRUMOND BRAGA
FLUL e CIDEHUS-UÉ
isabeldrumondbraga@hotmail.com